

I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL: SETEMBRO/98

Em setembro de 1998, o Tesouro Nacional apresentou déficit primário de R\$ 190,7 milhões. Com o desempenho do mês, o resultado acumulado no período janeiro a setembro de 1998 foi superavitário em R\$ 9.511,3 milhões (1,4% do PIB), contra um superávit de R\$ 4.256,7 milhões (0,7% do PIB), em igual período de 1997.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOURO NACIONAL (*)						
Em R\$ milhões	1997		1998		1998	
	AGO	SET	AGO	SET	JAN-SET	JAN-SET
I - RECEITA TOTAL	9.909,9	9.256,9	16.427,6	9.873,4	83.687,0	103.226,9
I.1. Administrada pela SRF	8.368,0	8.766,9	10.405,0	9.566,0	77.214,6	88.588,2
I.2. Restituições (-)	-475,0	-385,0	-713,2	-319,8	-2.079,5	-2.660,8
I.3. Diretamente Arrecadada	599,5	591,6	596,7	528,3	5.066,4	5.215,1
I.4. Demais	1.563,1	283,4	6.178,8	189,1	4.013,5	12.682,1
I.5. Incentivos Fiscais	-145,6	0,0	-39,8	-90,1	-528,1	-597,8
II - DESPESA TOTAL	8.145,4	9.828,4	10.597,3	10.064,0	79.430,3	93.715,6
II.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.798,1	2.435,0	2.366,6	2.283,0	17.690,9	20.650,2
II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL	6.218,1	7.291,2	7.924,4	7.626,0	60.513,9	71.443,3
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.039,5	3.188,6	3.642,4	3.577,0	30.189,8	34.875,6
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	3.178,5	4.102,6	4.282,0	4.048,9	30.324,1	36.567,7
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	291,9	631,2	614,7	338,8	3.267,9	3.346,5
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra Para Reforma Agrária	80,0	59,8	40,7	86,6	359,9	293,0
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	2.806,6	3.411,6	3.626,7	3.623,6	26.696,3	32.928,2
II.3. SUBSÍDIOS	129,2	102,3	306,4	155,1	1.225,5	1.622,1
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	92,8	57,4	246,3	114,5	1.062,5	1.064,7
II.3.2. Fundos Regionais	36,4	44,9	60,0	40,6	163,1	557,4
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	1.764,6	-571,5	5.830,2	-190,7	4.256,7	9.511,3
IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB					0,7%	1,4%

(*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen.
Dados Preliminares

O resultado primário desse mês teve como fator determinante a redução da receita total em R\$ 6,6 bilhões, comparativamente à arrecadada no mês anterior. Destaque-se que, em agosto, a arrecadação do Tesouro Nacional foi fortemente influenciada pela receita proveniente da outorga de concessão de serviços de telecomunicações, decorrente da privatização do Sistema Telebrás, no valor de R\$ 5,3 bilhões.

As receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, líquidas das restituições, apresentaram um decréscimo de R\$ 445,6 milhões em relação a agosto. Os principais itens que apresentaram redução foram: i) os tributos que no mês passado tiveram recolhimentos de débitos em atraso e que neste mês retornaram ao patamar normal de recolhimento: IRPJ (-45,5%); PIS/Pasep (-16,7%); CSLL (-56,2%); e ii) IRFF-Capital (-17,4%), decorrente de pagamentos referentes à

tributação dos Fundos de Renda Fixa, relativa aos rendimentos acumulados ao longo do primeiro semestre de 1998 e cuja arrecadação foi concentrada nos meses de julho e agosto deste ano.

Por outro lado, dentre os itens que apresentaram crescimento em setembro vale destacar: i) tributos com apuração semanal que tiveram recolhimento referente a cinco semanas de fatos geradores, contra quatro semanas do mês anterior: CPMF (+27,83%), IOF (+14,79%) e IRFF (+0,58%); e ii) Imposto de Importação (+17,19%), em decorrência da elevação de 15% no volume das importações tributadas, influenciando também o desempenho da arrecadação do IPI-vinculado, que teve um acréscimo de 23,37%.

As receitas líquidas administradas pela SRF acumuladas até setembro de 1998 totalizaram R\$ 85,9 bilhões, o que representa crescimento nominal de 14,5%, equivalente a R\$ 11,0 bilhões, quando comparada a igual período de 1997, cuja arrecadação atingiu R\$ 75,1 bilhões. Este desempenho está associado i) à elevação de alíquotas do Imposto de Importação (três pontos percentuais, a partir de novembro de 1997); do IPI-Bebidas (aumento na alíquota de cerca de 10%, a partir de novembro de 1997); do IRRF-Capital (elevação da alíquota de 15% para 20%, a partir de janeiro de 1998, para as aplicações em Fundo de Renda Fixa e entrada em vigor, a partir de julho de 1998, da nova sistemática de tributação mensal dos rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras); e do IRRF-Trabalho (alteração na alíquota de 25% para 27,5%, a partir de janeiro de 1998); e ii) ao crescimento extraordinário (+213,96%) das Demais Receitas Administradas pela SRF, em decorrência de arrecadações relativas a Outorga de Serviços de Telecomunicações, e Produto de Depósitos Abandonados.

A despesa total do Tesouro Nacional atingiu, no mês, o montante de R\$ 10,1 bilhões. Se comparada com agosto houve uma redução de 533,5 milhões (-5,03%). As Transferências a Estados e Municípios diminuíram R\$ 83,6 milhões. As Despesas de Pessoal e Encargos tiveram uma redução de R\$ 65,4 milhões em relação ao mês anterior, como decorrência das despesas com o reajuste do funcionalismo público de até 28,86%, devidas em julho e pagas na folha do mês de agosto. Nas Despesas de Custeio e Capital houve uma redução de R\$ 233,1 milhões, provocada principalmente pela redução nas despesas do FAT com abono e seguro-desemprego.

As despesas com subsídios diminuíram em relação ao mês anterior em R\$ 151,4 milhões, tendo em vista que naquele mês foram liberados recursos adicionais, para pagamento de Equalização de Custeio Agropecuário referente aos meses de maio a agosto, que estavam acumulados. Saliente-se também a redução das despesas com Equalização do Proex que, em agosto, haviam sido fortemente influenciadas pelas operações da Embraer.

No acumulado dos nove primeiros meses de 1998 as despesas totais do Tesouro Nacional atingiram R\$ 93,7 bilhões, contra R\$ 79,4 bilhões, no mesmo período do ano de 1997, um crescimento nominal de 18%. Nesse mesmo período as Transferências a Estados e Municípios aumentaram de R\$ 17,7 bilhões para R\$ 20,7 bilhões, que corresponde a um crescimento nominal de 16,7%; as despesas com Pessoal e Encargos Sociais passaram de R\$ 30,2 bilhões para R\$ 34,9 bilhões, uma elevação de 15,5%; e as Despesas de Custeio e Capital aumentaram de R\$ 30,3 bilhões para R\$ 36,6 bilhões, um crescimento de 20,6%.

II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL: SETEMBRO/98

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado apresentou ligeira queda em relação a agosto, passando de 9,2% para 9,0% do PIB, correspondendo a uma redução de R\$ 1,3 bilhão.

Tal comportamento pode ser explicado pela redução da dívida mobiliária em mercado em R\$ 1,2 bilhão, em relação ao mês passado, e o aumento do total dos haveres do Tesouro Nacional em R\$ 1,1 bilhão mais que contrabalançando a redução de R\$ 515 milhões dos haveres dos fundos, fundações e autarquias e o acréscimo de R\$ 483 milhões na dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL EM PODER DO MERCADO			
SALDOS EM R\$ MILHÕES		1998	
	JUL	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA	29.473	8.661	6.876
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	175.213	174.032	172.865
I.2 - Dívida Contratual da STN	-95.748	-114.966	-116.099
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-49.992	-50.406	-49.890
I.3.1 - Fat	-35.425	-35.466	-35.558
I.3.2 - Demais Entidades	-14.567	-14.939	-14.332
II. DÍVIDA EXTERNA	72.789	74.128	74.611
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	56.683	57.415	57.575
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-3.751	-4.079	-4.167
II.3 - Dívida Contratual	20.254	21.136	21.563
II.4 - Disponibilidades	-397	-343	-359
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	102.261	82.789	81.487
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB	11,4%	9,2%	9,0%

(*) Dados Preliminares.

Em relação à dívida mobiliária, o Tesouro Nacional efetuou despesas com cancelamentos e resgates de títulos em mercado no valor total de R\$ 14,9 bilhões. Foram emitidos em mercado R\$ 11,7 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão referentes às emissões especiais.

No que se refere à dívida contratual interna do Tesouro Nacional, o principal fator de destaque no mês foi a inclusão dos haveres relativos à entrada em eficácia do contrato de renegociação de dívida do estado de Santa Catarina, sob o amparo da Lei nº 9.496/97, conforme descrito nas seções seguintes.

II.1 - Dívida Interna

II.1.1 - Dívida Mobiliária

No mês de setembro, o saldo da DPMF em poder do mercado totalizou R\$ 172,9 bilhões, equivalente a 19,2% do PIB, contra R\$ 174,0 bilhões, ou 19,3% do PIB, no mês anterior. O estoque de LTN em mercado reduziu-se em R\$ 10,1 bilhões, mais que compensando o acréscimo de LFT de R\$ 8,3 bilhões em mercado.

TESOURO NACIONAL-DPMF SALDOS EM R\$ MILHÕES

	JUL	1998 AGO	SET
I. DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	271.523	272.348	275.443
I.1 Dívida com Mercado	175.213	174.032	172.865
I.1.01 LTN	39.994	27.964	17.828
I.1.02 LFT	59.334	81.520	89.804
I.1.03 LFT-A	1.447	2.385	1.626
I.1.04 LFT-B	16.604	16.875	17.323
I.1.05 NTN-A	4.841	4.835	4.893
I.1.06 NTN-D	23.585	24.425	24.666
I.1.07 Demais	29.408	16.029	16.725
I.2 Dívida com BACEN	96.310	98.315	102.578
I.2.01 LTN	16.818	15.436	15.432
I.2.02 NTN-D	0	0	0
I.2.03 LFT-A	63.962	65.459	68.186
I.2.04 Demais	15.530	17.421	18.959
II Dívida MERCADO/PIB	19,5%	19,3%	19,2%

O quadro a seguir resume os principais fatos ocorridos com a dívida mobiliária em mercado no período, quanto às emissões, resgates e cancelamentos efetuados:

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO				
EMISSIONES, RESGATES E CANCELAMENTOS				R\$ milhões
Fatos	Financeiras	Não financeiras	Assunção	Total
I. Emissões	9.767	1.262	535	11.565
II. Resgates	14.829			14.829
III. Cancelamentos		26		26
IV. Valor líquido (I-II-III)	-5.062	1.236	535	-3.291

Observa-se um resgate líquido total de R\$ 3,3 bilhões, no período. O volume de emissões financeiras foi R\$ 5,1 bilhões inferior ao principal resgatado em mercado. As emissões não financeiras atingiram R\$ 1,2 bilhão.

As emissões especiais em função da renegociação da dívida do estado de Santa Catarina totalizaram R\$ 1.430 milhões em LFT-A , LFT-B e LFT- E. Foram emitidos R\$ 653,4 milhões de LFT-A, junto ao Banco do Estado de Santa Catarina S.A - BESC, destinadas à assunção de dívida mobiliária, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.496/97 e R\$ 241,5 milhões de LFT-B junto à Caixa Econômica Federal, destinadas à assunção de dívida contratual. Também relativo à dívida contratual daquele estado, foram emitidos créditos securitizados no valor de R\$ 218,1 milhões, colocados junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE. Foram assumidos também R\$ 535,3 milhões em LFT-E-SC vincendas que estão em poder do mercado e que serão resgatadas pelo Tesouro Nacional nas respectivas datas de vencimento.

TESOURO NACIONAL

EMISSÕES RELATIVAS A ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS EM SETEMBRO (*)

Em R\$ milhões	SANTA CATARINA
1. Dívida Mobiliária	653,4
LFT-A	653,4
2. Dívida Contratual	459,6
LFT-B	241,5
Créditos Securitizados	218,1
4. TOTAL	1.113,0

(*) Emissões de títulos e créditos securitizados.

Em setembro, as colocações de títulos em leilão continuaram sendo de papéis pós-fixados (LFT) vendidos com pequeno ágio, conforme indicam as taxas de rentabilidade negativas discriminadas no quadro a seguir, onde são apresentadas as características das emissões financeiras em mercado realizadas semanalmente, pelo Tesouro Nacional:

TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO

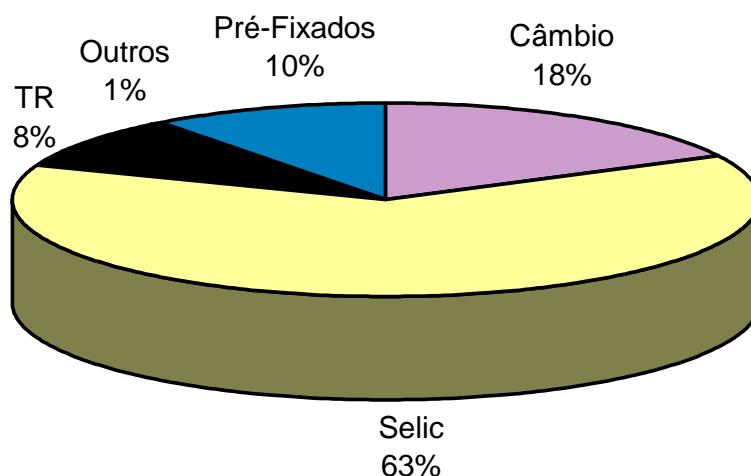
Setembro/98

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÀGIO	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/09/98	CTN	20 anos	IGP-M + 12%	265,5	27,5
	NTN-D	3 anos	15,13% + VC	500,0	397,1
02/09/98	LFT	266 dc/180 du	-0,001%	1.903,4	1.903,4
09/09/98	LFT	266 dc/181 du	0,000%	597,7	597,7
23/09/98	LFT	266 dc/180 du	-0,020%	3.500,0	3.500,9
30/09/98	LFT	266 dc/180 du	-0,011%	3.000,0	3.000,5
TOTAL				9.766,6	9.427,1

VC = Variação Cambial

A composição da DPMF em mercado, segundo a forma de remuneração, passou a ser a seguinte:

COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR



Com as emissões e resgates efetuados no mês de setembro - e comprovando comportamento de meses anteriores - a participação das LFT, sobre o total da dívida mobiliária, subiu de 33,8% no mês de agosto, para 37,0% em setembro, a passo que as LTN tiveram sua participação, em igual período, reduzida de 15,9% para 12,0%, conforme observa-se no quadro a seguir.

TESOURO NACIONAL - COMPOSIÇÃO DA DPMFi Títulos mais significativos (%)

TÍTULO	Jul/98	Ago/98	Set/98
LTN	20,8	15,9	12,0
NTN-D	8,6	8,9	8,9
LFT	25,1	33,8	37,0
LFT-A	24,0	24,8	25,3
LFT-B	6,1	6,2	6,3
LFT-E	0,3	0,2	0,4
DEMAIS	15,1	10,2	10,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0

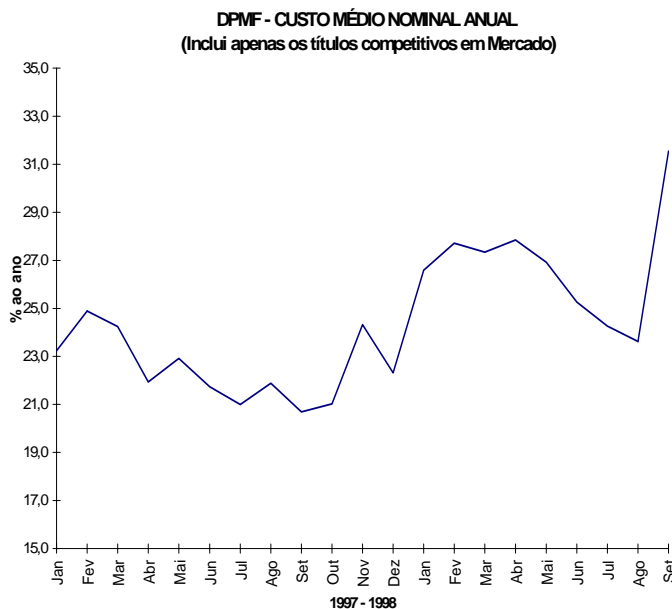
O custo médio nominal¹ mensal dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado foi de 2,28% no mês de setembro, bem superior ao 1,77% do mês anterior, sendo justificado pela forte elevação da taxa SELIC. Em termos anualizados, isolando-se o efeito do número de dias úteis no mês, o custo médio subiu de 23,62%, em agosto, para 31,54%, em setembro.

¹ Foi efetuada correção na metodologia de cálculo do custo médio e do prazo médio em função da utilização de títulos pós-fixados como único instrumento de captação. As emissões de LFT que, até maio, foram especiais, passaram a partir de junho a ser competitivas, refletindo-se, portanto, no custo e prazo médio dos títulos competitivos. Tal correção importou em alterações nos valores divulgados para os meses de junho a agosto (no caso do prazo médio) e de julho e agosto (no caso do custo médio).

Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas, em poder do mercado, o custo médio da dívida pública em mercado atingiu 27,70% ao ano, no mês de setembro, contra 21,58% ao ano, no mês de agosto.

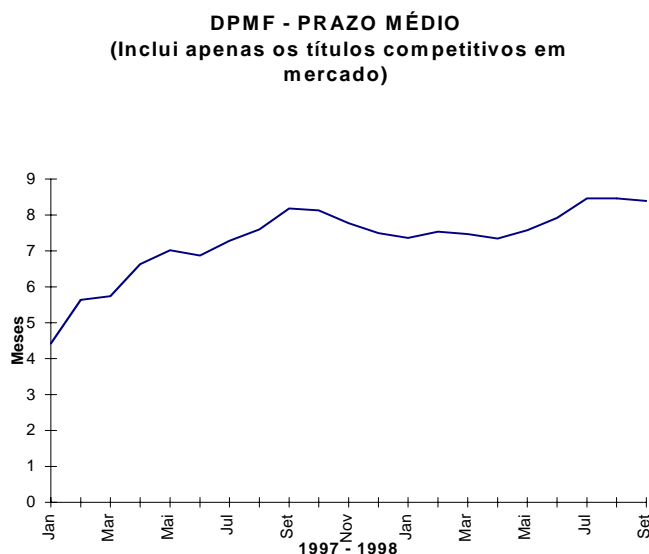
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - MERCADO			
CUSTO MÉDIO ANUAL (%)			
PERÍODO		TOTAL	COMP(1)
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,62	21,94
	Mai	22,63	22,92
	Jun	21,48	21,74
	Jul	18,58	20,99
	Ago	21,61	21,88
	Set	20,03	20,69
	Out	20,15	21,02
	Nov	24,74	24,32
	Dez	22,42	22,32
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84
	Mai	23,81	26,92
	Jun	22,68	25,26
	Jul	20,56	24,26
	Ago	21,58	23,62
	Set	27,70	31,54

(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.



O custo médio da DPMF em mercado, comparado à variação mensal da taxa Selic (representativa do custo de oportunidade do Tesouro Nacional), situou-se em -0,17% no mês de setembro contra 0,30% do mês de agosto.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL		
PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO		EM MESES
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47
	Abr	7,34
	Mai	7,58
	Jun	7,92
	Jul	8,46
	Ago	8,46
	Set	8,39



O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, decresceu de 8,46 meses, em agosto, para 8,39 meses, em setembro.

II.1.2 - Dívida Contratual

O saldo dos haveres líquidos contratuais internos totalizou R\$ 166,0 bilhões no mês de setembro, correspondente a 18,4% do PIB, sendo 70,0% relativos à STN (12,9% do PIB) e 30,0% (5,5% do PIB) aos fundos, autarquias e fundações. Em relação ao mês de agosto, o acréscimo nos haveres totais foi R\$ 617 milhões.

DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA			
SALDOS EM R\$ MILHÕES			
	JUL	1998 AGO	SET
Total da STN	-95.748	-114.966	-116.099
Dívida Bancária	39.126	39.285	39.377
Crédito Securitizado(Exceto CVSA)	17.333	17.536	17.751
CVSA	3.627	3.666	3.698
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.757	2.787	2.828
Debêntures	716	717	719
Outras Dívidas	194	231	232
INSS	-7.044	-7.148	-7.326
Lei 7976/89	-8.697	-8.772	-8.786
Bônus Renegociação	-16.789	-17.262	-16.835
Lei 8.727/93	-40.034	-40.192	-40.282
Lei 9.496/97	-65.640	-68.384	-69.419
Recebíveis Estados	-2.983	-2.986	-2.996
Recebíveis Estatais	0	-15.560	-15.691
Outros	-8.950	-9.281	-9.717
Créditos Oper. Oficiais	-7.259	-7.328	-7.402
Arrecadação a Recolher	-2.104	-2.276	-2.251
Total de Fundos, Autarquias e Fundações	-49.992	-50.406	-49.890
Fat	-35.425	-35.466	-35.558
Demais Entidades	-14.567	-14.939	-14.332
TOTAL	-145.740	-165.372	-165.989
TOTAL / PIB	-16,2%	-18,4%	-18,4%
Total da STN / PIB	-10,7%	-12,8%	-12,9%

Enquanto os haveres dos fundos, fundações e autarquias apresentaram uma redução de R\$ 515 milhões, os haveres líquidos da STN registraram um crescimento de R\$ 1,1 bilhão. Tal crescimento deveu-se, basicamente, à entrada em eficácia do contrato de renegociação de dívida de Santa Catarina, sob o amparo da Lei nº 9.496/97, com a respectiva incorporação ao saldo dos haveres do Tesouro Nacional do valor de R\$ 1,4 bilhão.

O prazo médio dos créditos securitizados foi de 76,90 meses, levando-se em consideração a média ponderada de todos os créditos. O custo médio dessa dívida foi de 0,60% no mês em questão, elevando-se significativamente em relação

ao custo médio de agosto (0,38%). Tal fato ocorreu principalmente porque o IGP-DI, que corrige 62% da dívida contratual, indicou uma deflação de 0,17 em setembro inferior à registrada no mês anterior, que foi de 0,38%. O aumento da TR também proporcionou uma elevação no custo, uma vez que tal indexador é responsável por 21% do estoque da dívida securitizada.

II.2 - Dívida Externa

Em setembro, a dívida externa total apresenta um saldo de 74,6 bilhões, representando em percentual do PIB 8,3%. O saldo da dívida mobiliária externa totalizou R\$ 57,6 bilhões, sendo 81,9% composto por bônus de renegociação e 18,1% por bônus de captação. O crescimento da dívida contratual externa do Tesouro Nacional de R\$ 427 milhões decorreu da valorização de outras moedas em relação ao dólar.

DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

Em R\$ milhões

	JUL	1998 AGO	SET
1.DÍVIDA MOBILIÁRIA	56.683	57.415	57.575
1.1.BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	46.597	47.137	47.137
Brazil Investment Bond (BIB)	1.047	1.059	1.059
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.099	5.158	5.158
Par Bond (PB)	5.024	5.082	5.082
Discount Bond (DB)	6.293	6.366	6.366
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.022	2.045	2.045
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.501	8.600	8.600
Debt Conversion Bond (DCB)	9.877	9.992	9.992
New Money Bond (NMB)	2.605	2.635	2.635
Eligible Interest (EI)	6.128	6.200	6.200
1.2.BÔNUS CAPTAÇÃO	10.087	10.277	10.437
Global Bond 2027	4.072	4.119	4.119
Demais	6.015	6.158	6.318
2.TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.751	-4.079	-4.167
3.DÍVIDA CONTRATUAL	20.254	21.136	21.563
4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-397	-343	-359
TOTAL	72.789	74.128	74.611
DÍVIDA EXTERNA TOTAL / PIB	8,11%	8,23%	8,28%

Foram gastos R\$ 154,5 milhões com juros e outros encargos da dívida externa do Tesouro Nacional, sendo R\$ 54,3 milhões para Organismos Internacionais, R\$ 9,3 para Bancos Privados e Agências Governamentais, R\$ 51,3 milhões para Clube de Paris e R\$ 39,6 milhões relativos à Dívida Mobiliária Externa dos quais R\$ 32,4 referem-se ao BIB (Exit Bond)² e R\$ 7,3 milhões referentes ao Samurai 2001³.

² Títulos emitidos em decorrência do acordo de reestruturação firmado pelo Brasil em 22.09.88, constituindo-se em opção para os credores que desejassem sair do "risco Brasil". Não possuem garantias de principal ou juros.

³ Título de captação, emitido no mercado japonês de acordo com a Resolução 87/95 do Senado Federal.

TESOURO NACIONAL	Set/98
Encargos da Dívida Externa	R\$ mil
I. Encargos Totais	154.521
I.1. Organismos Multilaterais	54.280
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	9.331
I.3. Clube de Paris	51.282
I.4. Dívida Mobiliária Externa	39.628
I.4.1. BIB (Exit Bond)	32.369
I.4.2. Samurai 2001	7.258